

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: UMA BREVE REFLEXÃO BIBLIOGRÁFICA¹

Priscila Orlandi Barth²

Alessandra Regina Müller Germani³

RESUMO: O presente estudo apresenta o surgimento da educação permanente na área da saúde, de que forma se deu a redefinição de educação continuada para educação permanente em saúde, quando esta foi pactuada como uma política pública e de que forma é realizada, seguindo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, de forma que se cumpra uma das metas formuladas pela saúde coletiva no Brasil: tornar a rede pública de saúde uma rede de ensino - aprendizagem no exercício do trabalho. Dessa maneira ressalta-se a importância da educação permanente em saúde para os profissionais que fazem parte dessa rede, onde estes são os sujeitos para que esta se concretize, obtendo aqui o objetivo norteador deste artigo o qual se refere à transformação da educação permanente em saúde nas práticas de trabalho dos profissionais da saúde, sendo que este artigo parte de uma revisão bibliográfica realizada através do aprofundamento teórico do

¹ Artigo científico de revisão bibliográfica.

² Acadêmica do VI Semestre do Curso de Graduação em Enfermagem – URI – Campus de Frederico Westphalen e bolsista voluntária do Projeto de Extensão. Email-priscilabarth@yahoo.com.br

³ Enfermeira, Professora, Mestre e Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões -URI-Campus de Frederico Westphalen e orientadora deste trabalho.

projeto de extensão Gestão Participativa em Saúde: a busca pela concretização do SUS no município de Frederico Westphalen.

Palavras-chave: Educação permanente. Profissionais. Sistema Único de Saúde.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 20 os profissionais da saúde já obtinham a concepção de que precisavam se aprimorar e se qualificar a todo o momento, deste modo a educação começou a ganhar destaque, onde neste primeiro momento foi mencionada como educação continuada. Esta visava a melhoria no atendimento à população e à qualificação dos profissionais desta área.

Com o passar do tempo e as práticas em saúde sendo reestruturadas, a educação continuada foi ganhando força, principalmente com a efetivação do Sistema Único de Saúde em 1988 pela Constituição Federal. Segundo Ceccim (2005) em 2003 a pactuação na Comissão Intergestores Tripartite e a legitimação da XII Conferencia Nacional de Saúde, e pelo Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde, esta se concretiza como política publica de saúde, sendo redefinida a educação permanente em saúde.

Nesse sentido, entende-se educação permanente em saúde como qualquer prática que visa mudanças e que se dê de forma permanente, sendo um processo de qualificação dos profissionais e aprimoramento dos serviços prestados aos usuários (OLIVEIRA, 2007). A educação permanente em saúde proporciona aos profissionais da área da saúde um pensar critico, reflexivo e compromissado com a integralidade e humanização da assistência, revendo praticas e modelos antes seguidos. Deste modo a educação permanente é uma nova estratégia de formação para a transformação das práticas de saúde e assim visando a integralidade e humanização da assistência.

Conforme Ceccim, Feuerwerker (2004), a educação permanente em saúde deve ser interdisciplinar, descentralizada, trabalhando com a

qualidade do cuidado à saúde, bem como contribuindo para praticas criticas, éticas e humanísticas. Neste contexto ressalta-se que com uma educação permanente descentralizada e focada para a qualidade dos serviços, efetiva-se o aperfeiçoamento dos profissionais e a prestação de serviços de qualidade. Dessa forma estes passam a aprimorar conhecimentos fortalecendo a confiança, autoestima e credibilidade, promovendo a interdisciplinaridade.

Nesse intuito, este estudo tem por objetivos realizar uma reflexão teórica sobre as praticas desenvolvidas pelos profissionais da saúde e de que forma a educação permanente juntamente com os princípios e diretrizes do SUS estão favorecendo para a qualidade dessas praticas, conhecimento e serviços prestados à população, através de uma vasta busca bibliográfica de artigos publicados em revistas de enfermagem, saúde pública, saúde coletiva e educação, sendo que esta revisão teórica se dá através do aprofundamento teórico do projeto de extensão intitulado Gestão Participativa em Saúde: a busca pela concretização do SUS no município de Frederico Westphalen.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde a efetivação da enfermagem como profissão, por volta de 1920, o aperfeiçoamento e aprimoramento de técnicas e ensinamentos recebe grande destaque no âmbito da saúde. Dessa forma a educação continuada se torna uma das grandes praticas, a qual visava a qualificação dos profissionais e a qualidade dos serviços.

É na década de 70 com a Reforma Sanitária que as praticas de saúde começam a tomar novos rumos e várias estratégias são discutidas, deixando de ser focalizado o modelo biomédico - hegemônico, que visava somente à cura da doença, mas sim se passou a pensar o ser humano holisticamente.

Em 1978 ocorre na Rússia a Conferência de Alma Ata, que teve como objetivo a promoção da saúde através da atenção primária. Conforme Ronzani, Silva (2008) a atenção primária ou básica

caracteriza-se pelo atendimento de forma preventiva e promocional, visando o indivíduo holisticamente, seu contexto social, psicológico e físico, deixando de lado as percepções de cura e do individualismo, assumindo assim a integralidade da assistência.

Sendo referido nesta conferência o slogan “Saúde Para Todos no Ano 2000”, a partir da descentralização das ações e serviços prestados à população, evidenciando-se aqui, a necessidade de se propor ações de saúde de acordo com a realidade de cada população.

Objetivando a concretização das mudanças nas práticas de saúde, percebe-se a necessidade da efetivação da educação continuada/permanente em saúde com os profissionais que atuam na área da saúde, enfatizando a busca constante de novos conhecimentos e desse modo aprimorando a qualidade dos serviços.

A educação continuada, por sua vez, era operacionalizada de modo descendente, ou seja, os profissionais da saúde, detentores do saber técnico, identificavam as necessidades e repassavam conhecimentos necessários para a resolução daquele problema em específico, esta era realizada em forma de cursos previamente construídos, fragmentada e totalmente desarticulados com a realidade da população e dos serviços de saúde.

Com a efetivação do Sistema Único de Saúde em 1988, pela Constituição Federal, onde este possui como princípios e diretrizes a descentralização dos serviços, a universalidade e equidade, a educação continuada ganha novas perspectivas, sendo orientada para no futuro a ser uma política pública de saúde.

Segundo Ceccim, Feuerwerker (2004), a formulação da política pública se concretiza através da educação de profissionais, sendo esta sustentada pelos princípios e diretrizes do SUS, desta forma causando impacto nos setores de ensino, gestão setorial, práticas de atenção e controle social. Entendendo-se que política pública de saúde são ações e serviços desenvolvidos por uma equipe multi-interdisciplinar direcionadas especialmente a situações de risco com a finalidade de intensificar a promoção da saúde e a prevenção de doenças, prestando integralidade da assistência.

Para que uma política pública seja relevante deve-se contar com a integração dos profissionais e os setores que compõem um município, estado ou união, sendo este um fator essencial para a efetivação de políticas públicas de saúde que visam a concretização do Sistema Único de Saúde.

Somente em 2003 com a pactuação da Comissão Intergestores Tripartite e a legitimação da XII Conferencia Nacional de Saúde, e pelo Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde, a educação continuada se concretiza como política pública de saúde, sendo redefinida a educação permanente em saúde. Segundo Oliveira (2007) a educação permanente é definida como qualquer prática que tem por objetivos provocar mudanças e comportamentos a partir de novos conhecimentos adquiridos.

Nessa perspectiva fomenta-se a idéia que qualquer prática que gere novos saberes e que leve à mudança de hábitos antigos ou modelos seguidos, pode ser considerada educação permanente, desde que esta se faça de forma permanente.

A educação permanente é compreendida como sendo um processo educativo contínuo, de revitalização e superação pessoal e profissional, de modo individual e coletivo, com objetivo de qualificação, reafirmação ou reformulação de valores, construindo relações integradoras entre os sujeitos envolvidos para uma praxe crítica e criadora (TAVARES, 2006, p. 288).

Partindo do pressuposto que a educação é um processo contínuo e de qualificação profissional, fica claro que esta além de promover as trocas de saberes entre os sujeitos, promove a integralidade e humanização da assistência. A educação permanente é baseada no aprendizado contínuo fazendo-se necessária para o desenvolvimento do sujeito o seu auto – aprimoramento, buscando competência pessoal, profissional e social.

Na perspectiva que a educação permanente em saúde é uma política pública, esta deve ser feita de modo descentralizado e

disseminado, formulando assim uma troca de saberes e conhecimentos recíprocos. Segundo Lopes et al. (2007), a educação permanente em saúde se apresenta como uma estratégia de gestão da educação que se realiza em forma de uma política pública, sendo que esta reorganiza o sistema de ensino em saúde e a assistência em saúde, adequando os profissionais que atuam na concretização do SUS com as necessidades da população.

Nessa perspectiva evidencia-se a importância da educação permanente nas mudanças das práticas de saúde e na integralidade da assistência, com base nas necessidades sociais de saúde cumprindo um papel estratégico na dinâmica do funcionamento do SUS.

A partir desse contexto percebe-se que a educação permanente em saúde se insere como uma política pública transformativa, que provoca mudanças conforme as necessidades da população e dos profissionais da área da saúde.

O desafio da educação permanente é estimular o desenvolvimento da consciência nos profissionais sobre seu contexto pela sua responsabilidade em seu processo permanente de capacitação, por isso é necessário que educação seja para todos os profissionais da saúde um processo sistematizado e participativo, tendo como cenário o próprio espaço de trabalho, no qual o pensar e o fazer são instrumentos fundamentais do aprender e do trabalhar.

Conforme Ceccim (2005) explica que a educação permanente em saúde como política pública se faz de uma ação finalística e não da atividade ou meio para o desenvolvimento da qualidade do trabalho, optando por priorizar a educação dos profissionais de saúde.

Nesse intuito percebe-se a necessidade que os profissionais têm de se manter atualizados e em constante aprendizagem, sendo que esta aprendizagem começa desde o início de nossas vidas e deve ser contínua até o término dela, proporcionando assim um profissional qualificado, crítico, ético e ativo em suas práticas de saúde.

Para Oliveira (2007) a educação permanente em saúde é uma necessidade permanente dos profissionais da saúde, no desenvolvimento de suas práticas, sua postura crítica, auto-formação, auto-gestão,

promovendo assim os ajustes necessários para trabalhar com interdisciplinaridade e transmissão de saberes.

A partir disso fica evidenciado que a educação permanente deve ser realizada visando os profissionais da saúde, que são os atores principais e que através desta educação além do aprimoramento dos serviços irão obter maiores perspectivas em relação aos seus trabalhos.

Nesse âmbito, devemos ressaltar que a educação permanente consiste no desenvolvimento pessoal que deve ser potencializado, aprimorando a capacidade técnica específica dos trabalhadores, aumentando a busca por novos conhecimentos, conceitos e atitudes.

Entendendo-se assim que a educação permanente em saúde enfoca o trabalho do profissional, fazendo com que este melhore a qualidade de seus serviços, aprimore suas práticas e se torne mais autoconfiante, que possua credibilidade consigo e assim promovendo um atendimento de melhor qualidade e a interdisciplinaridade com a equipe que este atua.

Nesse sentido Ceccim (2004), propõe que a transformação das práticas profissionais deva estar baseada na reflexão crítica sobre as práticas reais de profissionais reais em ação na rede de serviços. Diante disso, compreende-se que o processo de qualificação dos profissionais da saúde deva estar estruturado a partir da problematização do seu processo de trabalho, tendo como objetivo transformar as práticas profissionais, a organização do trabalho, utilizando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde.

Este aperfeiçoamento se dá pela busca constante de aprendizado, e deve ser repassado a todos que atuam em seu conjunto, fazendo com que a troca de saberes seja efetiva e a integralidade da assistência seja voltada para necessidades sociais de saúde cumprindo um papel estratégico na dinâmica do funcionamento do SUS.

A partir desse contexto percebe-se a responsabilidade dos serviços de saúde em estar atuando para a transformação das práticas desses profissionais, criando estratégias de organização da saúde, incentivando esses profissionais a participarem da educação

permanente, fortalecendo os mesmos com valores éticos, humanísticos, técnicos e organizacionais.

O homem é responsável pela construção de seu saber, responsabilizando-se sobre sua educação, procurando meios que o levam ao conhecimento e aperfeiçoamento de sua capacidade. Nesse contexto a educação permanente em saúde tem como enfoque a equipe interdisciplinar, promovendo a troca de saberes, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo de suas praticas.

Neste sentido busca-se através da educação permanente em saúde a mudança dos perfis dos profissionais que atuam na área da saúde, onde muitas vezes pertencem a equipes multidisciplinares, mas não acabam sendo interdisciplinares, e a educação permanente vem para fundamentar essa interdisciplinaridade, descentralizando as praticas e qualificando a pratica do cuidado.

De acordo com Saupe, Cutolo, Sandri (2008), a interdisciplinaridade contribui para a ampliação de grupos a serem incluídos, a intersetorialidade, a interinstitucionalidade e o controle social, desse modo compartilhando experiências vivenciadas ultrapassando o domínio técnico – científico de cada profissão.

Desta maneira a interdisciplinaridade é fundamental para as praticas no serviço de saúde, pois esta aprofunda conhecimentos e amplia a qualidade dos serviços, do mesmo modo que auxilia no aprofundamento das competências do cuidado e da integralidade da assistência que constituem o cotidiano da atenção básica.

Dentro dessa equipe interdisciplinar destaca-se o papel fundamental do profissional enfermeiro, o qual esta diretamente ligado ao usuário e à equipe interdisciplinar, atuando como elo para a troca de saberes, conhecimentos e praticas dos profissionais da saúde. O enfermeiro é um educador nato a partir de sua formação e que necessita de constante aprendizagem, juntamente com a equipe a qual faz parte.

Entende-se que o enfermeiro através de suas praticas consegue aprimorar seus conhecimentos, que este como todo profissional necessita buscar novos saberes e assim promover mudanças dentro de seu perfil e em seu âmbito de trabalho. Promovendo este a ter uma mudança em suas atitudes em relação aos seus conhecimentos e realização,

necessitando de estímulos, motivação e sensibilização para que isto ocorra.

Desse modo através da educação permanente em saúde a enfermagem como profissão é valorizada, ampliando seus saberes, conceitos e conhecimentos, tornando assim com que esses profissionais possuam uma postura crítica, ética e humanística, fortalecendo desse modo o vínculo entre a equipe interdisciplinar e o usuário que recebe seus serviços.

É através dessa perspectiva que evidenciamos a integralidade e humanização da assistência, pois com a educação permanente a equipe interdisciplinar possui um amplo conhecimento e esse é repassado reciprocamente entre todos os membros, favorecendo assim um atendimento integral e visado à humanização da assistência.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da educação permanente em saúde na formação desses profissionais, para que quando estes estejam em seus campos de trabalho possam implementá-la e dessa forma fortalecendo a equipe, seus vínculos e o atendimento ao usuário. Desse modo enfoca-se a importância das intuições formadoras estarem formando profissionais que pensem em realizar constante aprendizagem e que tenham a educação permanente em saúde não só um meio para que possa ser efetivada essa aprendizagem, mas sim que esta seja símbolo de troca de saberes e conhecimentos entre toda a equipe a qual trabalha.

CONCLUSÃO

Diante desse contexto evidencia-se que a educação permanente em saúde como política pública deve ser realizada de maneira descentralizada, participativa e transformativa para que abranja os princípios e diretrizes do SUS. Sabendo-se que esta é conceituada como qualquer prática exercida de forma permanente e que cause mudança nas práticas profissionais, havendo uma troca de saberes e conhecimentos por todos que atuam na equipe interdisciplinar.

Os atores principais para que a educação permanente em saúde seja efetiva são os profissionais que atuam na área da saúde, sendo que estes fazem parte de uma equipe multidisciplinar e a educação permanente enfoca a troca de saberes e a constante busca pela aprendizagem, realizando o repasse da mesma para os outros indivíduos, fortalecendo dessa forma a interdisciplinaridade. Nesse contexto ressalta-se que a equipe interdisciplinar é o principal foco da educação permanente em saúde, tendo em vista que esta aprimora a qualidade dos serviços prestados à população.

Diante dessa perspectiva busca-se a mudança dos perfis dos profissionais que atuam como agentes do cuidado, priorizando o atendimento integral e humanizado, não tendo somente o usuário seu principal foco, mas sim sua estrutura biopsicosocial. Fazendo com que esta educação permanente seja voltada para as necessidades dos profissionais de saúde e que estes as executem de forma a visar às necessidades sociais da realidade exposta aos mesmos, concretizando assim um papel estratégico na dinâmica do funcionamento do SUS.

Nesse intuito precisa-se que os serviços de saúde estejam adequados para realizar esta educação permanente em saúde e que os mesmos possam realizá-la de forma em que os profissionais da saúde se interessem e provoquem mudanças em seu âmbito de trabalho, repassando seus conhecimentos adquiridos a todos que atuam juntamente com ele. Repensando de forma geral que muitas vezes estes serviços não estão aptos para realizar este tipo de atividade, ou os profissionais não estão interessados em realizá-la, dessa maneira deve-se procurar estratégias para a captação desses profissionais para os encontros de educação permanente em saúde, estratégias essas que podem ser feitas através de chamamentos individuais, pedir a estes quais os assuntos que os interessam, entre outras.

Entendendo-se então que a educação permanente em saúde enfoca o trabalho do profissional que atua na equipe interdisciplinar devemos ressaltar o papel fundamental do profissional enfermeiro e da equipe de enfermagem, onde estes atuam diretamente com os profissionais e com os usuários, fazendo assim da educação permanente

em saúde uma estratégia para a qualificação profissional e dos serviços de saúde. É a partir disto que a equipe de enfermagem é valorizada quanto profissão, favorecendo o comprometimento de profissionais éticos, críticos, humanísticos, que visam à integralidade da assistência e à humanização.

HEALTH PERMANENT EDUCATION A BRIEF BIBLIOGRAPHICAL REFLECTION

ABSTRACT: The present study presents the appearance of the permanent education in the health area, in what ways the redefinition happened from the continued education to permanent health education, when this was agreed as a public politics and what ways it is accomplished, following the principles and guidelines of the Unique Health System, in a way which fulfills one of the goals formulated by the collective health in Brazil: to turn the public net of health into a net of teach-learning in the execution of the work. In this way enhances the importance of the permanent education in health to the professional that are part of this net, where these are the subjects for it to happen, obtaining here the goal of this study which refers to the transformation of permanent education in health in the practice of work of the health professionals, this study is part of a bibliographical review accomplished through the theoretical deepened of the extension project in Sharing Health Management: the pursuit and materialize SUS in the municipal district of Frederico Westphalen.

Keywords: Permanent education. Professionals. Unique Health System.

REFERÊNCIAS

CECCIM, R. B.; FEURWERKER, Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: descentralização e disseminação da capacidade pedagógica na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 975-986, 2005.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v. 9, n. 16, p. 161-177, 2004.

LOPES, S. R. S. et al. Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. **Com. Ciências Saúde**, v. 18, n. 2, p. 147-155, 2007.

OLIVEIRA, M. A. N. Educação à distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 60, n. 5, p. 585-589, set./out. 2007.

RONZANI, T. M.; SILVA, C. M. O Programa Saúde da Família segundo profissionais de saúde, gestores e usuários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 23-34, 2008.

SAUPE, R.; CUTOLO, L. R. A; SANDRI, J. V. A. Construção de descritores para o processo de educação permanente em atenção básica. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 433-452, nov. 2007/fev. 2008.

TAVARES, C. M. M. A educação permanente da equipe de enfermagem para o cuidado nos serviços de saúde mental. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 287-295, abr./jun. 2006.